



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

38490-000 – MINAS GERAIS

**Lei Municipal nº 1.211, de 12 de novembro de 1997.**

*Cria o Conselho Municipal de Cultura e Turismo, e dá outras providências.*

## O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho Municipal de Cultura e Turismo no Município de Indianópolis.

**Art. 2º.** O Conselho Municipal de Cultura e Turismo tem como finalidade:

I - colaborar nas elaboração da política municipal de cultura e turismo;

II - incentivar a promoção, valorização e difusão de manifestações culturais da comunidade local, bem como dos atrativos turísticos do Município;

III - orientar o governo municipal na administração dos pontos turísticos do Município;

IV - orientar a promoção de meios que visem a valorização das manifestações artísticas e culturais da comunidade;

V - participar das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal que sejam voltadas para a cultura e turismo;

VI - estudar e propor ao governo municipal medidas de difusão e amparo à cultura e ao turismo no Município, em colaboração com órgãos e entidades oficiais especializados;

VII - orientar e cooperar na elaboração das diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Cultura e Turismo;

VIII - fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura e Turismo; e

IX - participar das demais ações voltadas à cultura e ao turismo.

**Art. 3º.** O Conselho Municipal de Cultura e Turismo é constituído por sete membros, na seguinte forma:

I - Um representante da Coordenadoria de Educação e Cultura;

II - um representante das associações de moradores do Município;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

38490-000 – MINAS GERAIS

III - um representante do Comércio do Município;

Município;

IV - um representante das manifestações culturais e artísticas no

V - um representante dos hotéis existentes no Município;

Município; e

VI - um representante das indústrias artesanais existentes no

VII - um representante da comunidade de notável saber que seja envolvido com as questões turísticas do Município.

§ 1º. Os membros do Conselho Municipal de Cultura e Turismo serão indicados pelos setores que representam e nomeados pelo Prefeito, por meio de decreto.

§ 2º. O representante do governo municipal, de que trata o inciso I deste artigo, é de livre escolha do Prefeito Municipal.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Cultura e Turismo tem função consultiva e de orientação.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Cultura e Turismo é administrado por uma Diretoria Executiva, sob a supervisão de um Conselho Fiscal.

Art. 6º. A Diretoria Executiva é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, e o Conselho Fiscal é formado por três membros.

§ 1º - Os ocupantes dos cargos de que trata o artigo são eleitos entre os membros do Conselho para um mandato de dois anos, permitida sua recondução por uma única vez.

§ 2º - Cada membro do Conselho Executivo tem um suplente para representá-lo em sua ausência, indicado pela entidade ou órgão que delegar a representatividade.

Art. 7º. O mandato dos membros do Conselho é considerado múnus público, sem direito a qualquer remuneração.

Art. 8º. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura de Turismo (FUNCTUR), que tem como objetivo:

I - fomentar as atividades relacionadas à cultura e ao turismo no Município, visando à geração de empregos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

38490-000 - MINAS GERAIS

II - melhorar a infra-estrutura turística do Município;

III - incentivar a divulgação de Indianópolis e de seus produtos;

IV - promover eventos culturais, artísticos, esportivos e sociais que atendam a demanda de recreação e lazer no Município; e

V - adquirir materiais de consumo e permanentes destinados aos projetos culturais e artísticos.

**Art. 9º.** O FUNCTUR, de natureza contábil, é gerido pelo Prefeito Municipal, mediante acompanhamento do Conselho Municipal de Cultura e Turismo.

**Art. 10.** Constituem receitas do FUNCTUR:

I - dotações orçamentárias previstas pelo Orçamento Municipal;

II - transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

III - doações de pessoas físicas e jurídicas; e

IV - rendimentos oriundos de aplicações no mercado financeiro.

**Art. 11.** Os recursos destinados ao FUNCTUR são depositados em conta única e específica.

**Art. 12.** O Prefeito Municipal baixará decreto dispondo sobre a implantação e o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura e Turismo e do FUNCTUR.

**Art. 13.** Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento vigente, crédito especial de R\$2.000,00 (dois mil reais), com a seguinte dotação:

0800000 - Educação e Cultura

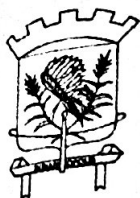
0848000 - Cultura

0848247 - Difusão Cultural

0848247.2073 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Cultura e Turismo

3120 - Material de Consumo.....R\$ 1.000,00

3132 - Outros Serviços e Encargos.....R\$ 1.000,00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

38490-000 – MINAS GERAIS

**Art. 14.** As despesas com a abertura desse crédito especial correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0300000 - Administração e Planejamento

0307000 - Administração

0307020 - Supervisão e Coordenação Superior


0307020.2001 - Manutenção Atividades Gabinete do Prefeito

3120 - Material de Consumo.....R\$ 2.000,00

**Art. 15.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 16.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 8º ao 12, da Lei nº 1.156, de 12 de abril de 1996.

Prefeitura Municipal de Indianópolis, 12 de novembro de 1997.

  
**Wesley José da Rocha Naves**  
Prefeito Municipal